



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 01 DE JULHO DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Boa tarde a todas e a todos.

Com as presenças dos Vereadores Arselino Tatto, Sidney Cruz, Vereadora Silva da Bancada Feminista e Rodrigo Goulart, na qualidade de membro e Presidente desta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 30ª Audiência Pública do ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online e também pelo YouTube no canal TV Câmara de São Paulo e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência vem sendo publicada desde o dia 27 de junho no *Diário Oficial da Cidade*, 26 de junho no Jornal *Estado de S.Paulo* e no dia 27 de junho no Jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas e também podem ser feitas a partir deste momento junto à secretaria da Comissão, à esquerda da mesa e à direita para quem olha do público.

Foram convidados para esta audiência a Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Pergunto se ela está presente ou se há algum representante. Ausente. Ah, o Jacques está aí, né, representando, Jacques, Chefe de Gabinete, está na forma virtual representando a Secretária. O Sr. Pedro Martin Fernandes, Presidente da SP Urbanismo, representado pelo Diretor, Sr. Rafael Barreto Castelo da Cruz e os analistas de desenvolvimento, Rita de Cassia Gonçalves e Flavio Antonio Dugo Bragaia. Sr. Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal da Habitação, representado pela Sra. Queila Birsá Matarazzo Albernaz. Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Sr. Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Dr. Paulo Sérgio Oliveira e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 59

REUNIÃO: 20770 DATA: 01/07/2024 FL: 2 DE 15

Costa, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Dr. Roberto Luís de Oliveira Pimentel, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral da Defensoria Pública-Geral. Pergunto se está presente ou se há algum representante. Ausente. Também os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta. Audiência pública devolutiva do PL 222/2024, de autoria do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que altera o Mapa 5 e o Quadro 7, anexos à Lei 16.050 de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico Municipal de São Paulo e revoga a Lei 13.430/2002, revisada pela Lei 17.975, de 8 de julho de 2023, para incluir o Parque Municipal do Bixiga.

Antes de iniciarmos as falas, quero dar ciência das emendas que temos aqui sobre a mesa. Uma de minha autoria, duas do Vereador Sansão Pereira, mais uma de minha autoria, então completam duas, três do Vereador Sansão, quatro da Vereadora Janaína Lima, uma do Vereador Celso Giannazi, uma do Vereador João Ananias, uma da Vereadora Luna Zarattini, uma delas, inclusive... não, são duas da Vereadora Luna, duas em conjunto com a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e três de minha autoria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente. Tem alguma emenda do Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – E quatro do Vereador Sansão Pereira.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Tem alguma emenda do Vereador Rubinho Nunes?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Até agora aqui nesses; nessas que me deram ciência aqui, não.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – É porque ele divulgou que protocolou uma emenda com o Vereador João Jorge de mudança do nome?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Mas a nomenclatura de parque não cabe

REUNIÃO: 20770 DATA: 01/07/2024 FL: 3 DE 15

nesse projeto, Vereadora. É um projeto em separado. Pode, claro, não é? Todo Vereador tem condição de fazer a sua apresentação, mas não que esteja aqui no meio dessas que me foram apresentadas. Inclusive, elas estão à disposição de quem está aqui presencialmente e serão publicadas todas as emendas a esse projeto no Diário Oficial de amanhã.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Inclusive, agora a Dafne já está aqui com as emendas em mãos.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Nada. Passemos, então, aos inscritos. Inscrição *on-line*, inscrição virtual.

Primeiro inscrito, a Sra. Adriana Levisky, membro do Conselho Deliberativo da AsBea. Adriana Levisky? Ausente.

Passemos, então, aos que estão aqui presencialmente. Sra. Luciana Araújo, do Movimento Saracura Vai-Vai. Três minutos regimentais, Luciana.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Boa tarde. Penso que esse debate, a própria retificação que o Vereador fez neste momento, coloca uma série de preocupações, porque, a despeito de atender o que é uma reivindicação, uma mobilização, uma luta de vida de algumas pessoas no bairro por 43 anos, que é o significado que tem o Parque do Rio Bixiga para nós, estão inserindo na legislação uma série de dispositivos gentrificadores e embranquecedores, inclusive retificadores. Para nós, na verdade, destruidores da conquista que tivemos no ano passado, na revisão do Plano Diretor, com a garantia prevista na lei do Plano Diretor de que os novos empreendimentos nesse território do Bixiga precisam respeitar o perfil racial e a população residente.

Nós apresentamos quatro emendas, sugerimos, dialogamos com Parlamentares, a Bancada Feminista, a Vereadora Silvia apresentou emendas no sentido de assegurar essas garantias, que estão genericamente previstas no Plano Diretor.

No entanto, o relator não aceitou nenhuma delas, o que revela o conteúdo do

processo que está se colocando para frente. Porque dizer que vai haver a expansão do território do TICP, sem dizer que está garantido o direito de preempção, sem dizer que está garantido o conselho gestor e a conversão das Zonas EC em áreas de ZEIS, é expandir um território e a expansão, embora tenha sido apontado que a proposta que fazíamos de 600 metros era muito alargada, está sendo colocada no território do TICP. Há uma série de quadras que não foram quadras reivindicadas pela população e, nesse processo, lá na frente, quando se for discutir como é que vai ser na regulamentação do TICP, o processo de garantia de perfil racial, a gente já tem uma amarra.

Então, penso que é muito importante e acho que o relator precisa abrir-se, dialogar efetivamente com a comunidade, porque essa Câmara Municipal viveu, na semana passada, um processo que, infelizmente, envergonhou o Legislativo paulistano e acho que é muito importante que o relator não se coloque na mesma posição que o Vereador Rubinho se colocou, ao tentar impedir que as pessoas alimentem quem tem fome nas ruas da cidade de São Paulo.

Que a gente, de fato, abra os ouvidos para a população que já está hoje naquele entorno, que está desprotegida e que não tem, meramente com o alargamento do TICP, uma garantia de proteção de que vai ter preferência diante do avanço da especulação imobiliária por ficar naquele território, por ter políticas públicas do município de São Paulo para assegurar a sua permanência no território. E para que o parque pelo qual essa população junto com o Zé Celso, junto com a Companhia Teatro Oficina, por 40 anos, quando ele pode chegar – porque acho que é importante também, gente, ressaltar que esse projeto autoriza a alteração do Plano Diretor para construção do parque, mas ainda não garante, não assegura o projeto do parque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Luciana.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Principalmente não assegura o projeto do parque nos termos em que ele foi construído pela comunidade...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Luciana.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Isso precisa ser revertido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, o Sr. Caio Cesar de

Andrade, morador e trabalhador do Bixiga, lembrando que todos têm três minutos regimentais para fazer uso da palavra.

O SR. CAIO CESAR DE ANDRADE – Boa tarde.

Eu peço licença às minhas irmãs e irmãos que estão nessa luta efetivamente há mais tempo que eu. Eu sou artista, produtor cultural, trabalhador e morador do bairro do Bixiga e venho aqui dizer, muito próximo do que a camarada falou, que há uma estratégia que me parece perversa e pervertida de uma conquista, de um processo de conquista, de luta de mais de 40 anos, da construção e da oportunidade de se fazer um parque revolucionário no sentido de algo que realmente deixe a terra respirar, que abra espaço para a água fluir e que tenham árvores e não tantas áreas cimentadas, em diálogo com a própria população do entorno, entende, e que está lá e que tem que ser valorizada.

— Ou seja, o parque aponta para uma possibilidade de criação transversal. Essa liberação de aumento de área de construção é um absurdo. É um absurdo porque o que deveria estar sendo feito é a melhoria e a garantia de equipamentos culturais, estabelecimentos comerciais e moradias que já existem ali. Não fomentar um aumento de valor da área, uma gentrificação da área, entende, e associar uma luta ambiental, cultural, a um processo de gentrificação que é, geralmente, o que é feito.

Isso é um absurdo. Eu, enquanto trabalhador e morador, não concordo com isso. Isso não pode ser feito. Tem muita coisa ali para ser investida. Tem o Vai-Vai, que tem que estar lá, no bairro, com a gente. Tem o próprio Teatro Oficina, tem o restaurante que eu trabalho, Al Janiah. Tem diversos. As moradias todas, as famílias todas, entende? A Arena Bela Vista, que está ali. A gente tem que estar associado. O bairro quer esse parque. Agora ele quer, para si e para a cidade, com possibilidade de melhoria da própria vida e da vida da cidade, que não está separada.

Agora, você aumentar a área de construção, para criar novos imóveis ali e massacrar uma população que já está lá, me parece um absurdo. Isso não pode ser aprovado. É isso.

Muito obrigado.

REUNIÃO: 20770 DATA: 01/07/2024 FL: 6 DE 15

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Alex Augusto.

Registro a presença do Vereador Fabio Riva.

O SR. ALEX AUGUSTO – Boa tarde.

Sinto que é muito importante a gente perceber a importância de tomar opções assim.

A gente tem a chance de vivenciar um parque com um monte de cimento, com mais rodinhas, equipamentos de ginástica e que contribua com a gentrificação do bairro e que as pessoas pobres lá tenham mais dificuldades.

E existe a possibilidade de abrir um rio, de trabalhar com hortas comunitárias, de fazer com que as pessoas que vivam lá ampliem a sua relação com a natureza ali. Para quem conhece o bairro do Bixiga, as pessoas, sempre que têm a oportunidade, colocam na própria calçada um vasinho, plantam. Lá já tem projetos de hortas comunitárias em pequena escala. O parque é uma possibilidade maravilhosa de ampliar isso, compreendendo, inclusive, que toda essa onda de progresso consumista, que faz tudo virar dinheiro, é o que está nos levando a essa tragédia social, cotidiana, tanto de pobreza quanto de, enfim, acabar com a natureza, acabar com o nosso meio ambiente.

Então existe a possibilidade de a gente ter um projeto que se integre, que se integre com a natureza e valorize isso. Acho que é muito importante a gente não perder essa oportunidade e, juntos, lutar para que isso aconteça realmente, para que aquele rio se abra. Inclusive, é muito importante, eu acho, deixar bem claro o nome Parque do Rio Bixiga. Acho que incluir o rio como protagonista dessa luta é fundamental. Acho que essa tentativa sempre de tirar o nome rio é um roubo já, é uma virada de costas, é um fingir que não está vendo, é um tentar olhar para o lado e ignorar a natureza, que é muito maior do que a gente, a gente só faz parte, a gente é ela fazendo parte.

Então, acho que é compreender um pouco também o nosso tamanho em frente àquilo que podemos vivenciar lá. Para além de desejos econômicos, para além de desejos de reeleição, eu acho que podemos focar em um desejo um pouco mais coletivo, coletivo em termos de biodiversidade, em termos de comunidade, em termos de geração atual e de novas gerações.

Senão, a gente vai acabar tendo que comer cimento, tendo que comer rodinhas ou, enfim, sei lá o que no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Inês Luchesi.

A SRA. INÊS LUCHESI – Boa tarde.

Eu sou Inês Luchesi, estou como conselheira do Conselho Participativo Municipal da Sé, não aqui representando o Conselho, mas representando as entidades do bairro, o Mobiliza Saracura Vai-Vai e o Bixiga Sem Medo. Sou também conselheira do Conselho Gestor do Setor Central.

Bom, a questão do Parque do Bixiga, acho que a gente já teve várias reuniões, já teve outras audiências, isso já foi bastante discutido, e, realmente, as propostas que a gente levou para a discussão com a Luna, com a Silvia, que foram levadas a essa Mesa, infelizmente não foram, mais uma vez, incorporadas nas questões que a gente colocou.

A gente se sente, mais uma vez, excluído do debate, porque uma coisa que a gente entende é que o parque é uma luta de muitos anos da população, do pessoal do Teatro Oficina e de todo o bairro. É um bairro que você tem uma densidade demográfica muito alta, uma das maiores de São Paulo, e pela última publicação do Censo dos Cortiços, que, na verdade, foi uma mini publicação porque a Prefeitura insiste em não divulgar os dados publicamente, temos uma das regiões onde tem a maior concentração de cortiços aqui do centro, uma população super vulnerável, que tem uma renda de até dois salários mínimos e predominantemente negra.

Essa população vai ser beneficiada com parques. Eu acho que tem que ser essa população que mora aqui no bairro. Então, se esse parque não existir para beneficiar essa população, ele não tem nem significado, porque vai ser mais um objeto de exclusão da população do bairro. Vai ser mais um objeto de intervenção pública, mais um dinheiro da Prefeitura investido para que a população que mora aqui no bairro não possa mais ficar aqui.

Eu já vi anúncio de casa ali do lado do parque sendo vendida, ao lado do Parque do Bixiga. Já temos isso agora, porque, infelizmente, nada do que a gente propôs como instrumento foi aceito, porque o Plano Diretor tem instrumentos que precisam ser acionados para que as

coisas aconteçam. A gente protocolou várias emendas e o que a gente tem no *síte* da Prefeitura é outra coisa que não contempla aquelas coisas que entendemos como necessárias para que essa população permaneça lá. Então se o parque vai ser implementado, junto com o parque, precisa ter essa política, porque senão isso não vai ser garantido. Não tem como garantir se você não tiver os instrumentos acionados. E a gente está entendendo então que o parque é um equipamento público super necessário, mas que a gente precisa que, junto com o parque, você tenha algum tipo de proteção para a população que mora lá. Então sem esse tipo de proteção, infelizmente, isso não vai ser possível.

E, além de tudo, a gente vê como um equipamento de uma área verde necessária, uma região que necessita de áreas verdes, mas você pega a população que mora lá e coloca para morar na beira dos córregos. Isso é a ODS? Como é que está lá no Plano? Está lá no Plano Diretor, que vocês fizeram questão de colocar, que a Prefeitura agora vai ter que atender. E daí, para encerrar, a população vai morar na beira do córrego, é isso? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima escrita, a Sra. Solange Santana.

A SRA. SOLANGE SANTANA – Boa tarde a todos, a todas e todes.

Sou Solange, do Movimento Saracura Vai-Vai, sou moradora do Bixiga e a questão do parque tem que estar aqui várias vezes repetindo a mesma coisa. A minha preocupação é com a população pobre, negra do bairro, é uma questão racial e econômica e isso vai impactar muito.

Sou totalmente favorável à construção do parque, acompanho de perto a luta dos excessos nos últimos 40 anos, eu acho que é uma coisa mais que justa. Acho que a comunidade toda, os moradores da Bela Vista, são favoráveis ao projeto do parque. Era um anseio que nós tínhamos, porque a gente precisa desse espaço, é muito necessário para nós, mas eu acho que a permanência disso e o que vai ser aprovado, muito dificilmente a gente consiga manter. Só houve esse aumento do TICP, que vai pegar uma área maior, mas a gente não tem a segurança de que isso vai ser benéfico para nós enquanto morador e população negra de estar ocupando esses espaços.

Eu acho que é isso, que tem que ser olhado muito atentamente os passos que isso vai gerar em relação a essa lei, porque para a gente está difícil. Já temos visto durante esse tempo todo que a gentrificação vem, a especulação imobiliária vem e sempre os prejudicados, mais uma vez, é quem lutou para a manutenção do parque serem expulsos do bairro.

Era isso, gente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima inscrita, Marília Piraju, é isso? Piraju.

A SRA. MARÍLIA PIRAJU – Eu já estou, como todas as pessoas que estão se manifestando aqui, com uma certa obsessão na fala, porque eu olho para nós, de novo, para quem compõe essa audiência, e tenho convicção de que todo mundo aqui é a favor da criação do parque, é alinhado e aliado com a proposta de que a população do bairro do Bixiga não pode ser expulsa com esse projeto.

Então há uma espécie de consenso do lado de cá e um, Rodrigo, que, você, talvez seja a única pessoa que não saiba que existe um projeto que vem sendo gestado nesses 40 anos, e não só um projeto de lei, mas um projeto arquitetônico, um projeto de implantação. Não sei se você conhece esse projeto, mas o que a gente vem insistentemente falando nas audiências – e essa é a terceira – é que, para que quem preside a audiência no momento, faça uma mediação com o Executivo, com o Prefeito Ricardo Nunes, para que ele também conheça esse projeto que vem acontecendo e vem sendo trabalhado por uma equipe de arquitetura, uma equipe transdisciplinar, envolvendo um movimento, envolvendo urbanistas, ecólogos, pessoas ligadas a todo tipo de saberes, e esse projeto está em vias de chegar a um projeto executivo.

Então, para nós, importa, porque não faz o menor sentido, da mesma maneira que não faz sentido a população que criou o valor imaterial do bairro do Bixiga ser expulsa, com a criação de uma benfeitoria pública. Também não faz sentido que o próprio projeto – que é o projeto que prevê a reabertura do rio Bixiga, que é um projeto que prevê uma espécie de reparação ambiental histórica nesse terreno – seja apresentado para o Prefeito e que a própria luta seja expropriada daquilo que foi imaginado ao longo dessas mais de quatro décadas.

Eu peço para o Rodrigo Goulart, depois da minha manifestação, acho que eu sou a última inscrita, que se manifeste em relação à possibilidade de fazer essa mediação, para que essas audiências públicas não sejam apenas protocolares, apenas pessoas que estão em consenso com a criação desse parque e desse projeto, porque ela precisa sair de um protocolo e precisa atravessar e chegar ao Executivo. Eu entendo que as audiências públicas não têm um poder deliberativo, mas algum sentido ela precisa ter, para que não seja só um teatro da democracia.

É isso, tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, o Sr. Rafael Funari, e após a fala do Sr. Rafael, as inscrições estarão encerradas.

O SR. RAFAEL FUNARI – Boa tarde a todas e todos.

Eu sou o Rafael, da Mobilização Saracura Vai-Vai e também do Coletivo Salve Saracura. Eu vou ressaltar aqui dois pontos. O primeiro deles é partir do pressuposto que a aprovação do parque é algo essencial para a cidade de São Paulo, e é uma resposta necessária a uma demanda histórica da comunidade do Bixiga. Acho que as falas aqui são todas no sentido da aprovação do projeto de lei para criar o parque. Só que aí surge um segundo ponto, que acho que o pessoal já tem ressaltado bastante, que é o parque, enquanto demanda da comunidade que tem de ser pensado para a comunidade. Então são essas as políticas de permanência da população no bairro do Bixiga.

O projeto de lei, a nova versão, já contemplou a expansão do TICP, é verdade, acho que isso é uma questão que não estava na primeira versão, só que essa expansão do TICP, o movimento entende que ela não é suficiente, é por isso que as falas aqui ressaltam a importância de se colocar as outras emendas propostas pelo movimento.

Inclusive, evidenciar que a expansão do TICP não é suficiente. A gente tem uma proposta de emenda da Vereadora Janaína, se não me engano, querendo estender o TICP até a Paulista, por exemplo. E isso claramente desvirtua por completo a proposta do TICP de pensar o território do Bixiga. Então, o TICP não é um instrumento que vai barrar o que a gente tem

chamado dessa gentrificação por conta do parque. E a gentrificação acaba expulsando a população negra do território. Acho que isso é um fato já experienciado em outras áreas da cidade.

Então, a gente precisa pensar outros dois pontos, a criação dessa área de influência que o movimento colocou como uma das emendas sugeridas e essa área de influência parte do pressuposto que o parque, enquanto estrutura pública vai gerar uma qualificação e investimentos públicos que justificam pensar uma área de influência que não se confunde com a área do TICP, justamente para garantir que dentro dessa zona a qualificação contemple as pessoas que já moram no território, principalmente as populações mais vulneráveis. E dentro dessa área de influência, a gente tem também o direito de preempção, justamente para garantir mecanismos outros, um pouco mais concretos, para pensar o que vai acontecer quando os aluguéis começarem a subir, os proprietários quiserem vender os imóveis e a população ficar vulnerável a essas políticas liberais do mercado imobiliário.

E, por fim, pensar essas formas de limitação de ZEIS, que também foi uma demanda do movimento, justamente para garantir dentro do território a permanência da população com moradia digna para essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Pergunto se há mais algum inscrito. Não havendo mais inscritos, passo a palavra para a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, que vieram participar da audiência pública.

Quero dizer que o projeto tem dois vieses, digamos assim. Um é uma grande vitória, que é a criação do Parque do Rio Bixiga, uma vitória de uma luta de mais de 40 anos, encabeçada pelo Teatro Oficina, encabeçada pelo Zé Celso Martinez, e que a gente tem que saudar essa vitória. Não podemos esquecer que foi um processo, inclusive, bastante tenso. Imaginem: 40 anos esperando a criação do parque. Então, a gente tem que saudar bastante a criação do Parque do Rio Bixiga e esperamos que o parque seja também da forma como essa

comunidade espera que ele seja.

Existe uma demanda para que o Rio Bixiga seja destamponado, seja aberto; mas também existe uma demanda da própria comunidade para que o próprio parque tenha questões que possam atender as pessoas que vivem no território.

Então, esse processo do parque, de como ele vai ser, é um processo que vai estar em curso, vai estar aberto a partir da criação do parque, a partir da votação. Acho que amanhã, Rodrigo, nós vamos votar em segunda votação o projeto. Então, a partir de amanhã, quando o parque vai estar inserido já no quadro 7, é que a gente vai não começar do zero, pois já existem projetos e tudo mais, mas a gente vai, inclusive, manifestar a nossa proposta com a Secretaria do Verde, os movimentos sociais, o teatro, oficinas, os movimentos Saracura Vai-Vai, Salve Saracura, a própria Escola de Samba, enfim, todo mundo da comunidade para o parque nós queremos. Acho que esse é um processo que vai ser bastante rico e tem que ser o mais máximo democrático possível para o que vai ser esse parque do Rio Bixiga. Esse é um processo que vai estar em curso a partir da vitória da criação do parque.

O Bixiga tem uma carência muito grande de áreas verdes, de áreas de lazer, de tudo quanto é área, porque ele não foi pensado, na cidade de São Paulo, como um lugar de periferia, mas como um lugar de centro. Só que ele é periferia, ele é a periferia do centro, porque é um lugar de quebrada, é um lugar do povo negro, é um lugar que tem uma origem no Quilombo-Saracura. Para vocês terem uma ideia de como não foi pensado assim, o Bixiga não tem nenhum CEU, que é um equipamento público, que a gente fala que é muito bom, porque tem teatro, tem piscina, tem as escolas, tem áreas para as pessoas fazerem várias atividades, quadras e tudo mais. Não, o Bixiga não tem. Se a gente for olhar o mapa do Bixiga, não tem um lugar sequer grande onde a gente pudesse, inclusive, fazer um equipamento público dessa magnitude.

O que a gente tem hoje é o Bixiga sendo alvo de uma cobiça muito grande dessa especulação imobiliária que quer fazer prédios e verticalizar a cidade de São Paulo. Foi com essa preocupação que a gente participou de todas as outras audiências públicas desse projeto para não fazer com que a criação do parque, que é uma coisa superpositiva, se transformasse

em uma maior gentrificação, na expulsão da população negra do território e tudo mais.

Fizemos uma reunião na SMUL, onde estavam os movimentos sociais, aonde nós levamos essas preocupações, e eles nos disseram que, com todas as questões que fossem objeto de consenso na Câmara que pudessem proteger o território e dar proteções mínimas ao território, eles estariam de acordo.

A partir disso, o movimento Saracura Vai-Vai nos procurou com a proposta de emendas. Protocolamos quatro emendas, e, a partir dessas propostas, fizemos reuniões na Casa com o vereador Rodrigo Goulart e também com o Presidente da Casa, porque este é o Parlamento, e gente conversa com todos os Vereadores. Vocês sabem que na Casa há uma composição em que nós, do pessoal, somos minoritários, mas nós levamos as propostas que o movimento nos trouxe.

Aí, o que acontece, gente? O Parlamento é uma Casa em que a gente nem sempre consegue tudo o que os movimentos sociais querem. E o que a gente conseguiu de consenso foi o artigo terceiro do projeto aqui apresentado, que é um artigo que amplia o perímetro dos TICP - instrumento que a gente aprovou no Plano Diretor Estratégico no ano passado – e que, inclusive, tira esse perímetro do PIU Central. Ele não estaria sujeito às regras do PIU Central, que também é uma coisa importante. E, como ele está sujeito às regras do Plano Diretor – e quero ler mesmo, porque acho que a gente tem que ficar com bastante transparência aqui -, a que ele estaria sujeito? O artigo 314 do PDE, que diz:

“O perímetro do TICP Bixiga, delimitado nos termos da Resolução 22/2002 do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, fica excluído da Zona de Estruturação Urbana” – que é o eixo, aquela zona onde se pode construir muito – “até que seja formulado seu plano específico de reordenamento do território, de acordo com o § 6º deste artigo, que deverá incluir articulação com políticas habitacionais que garantam a manutenção da população residente (...)”. Vou repetir: “(...) que garantam a manutenção da população residente e do perfil racial deste perímetro, usando como parâmetro o perfil racial do último censo.”

Então, isso que vai ser aprovado na Câmara amanhã está de acordo com este artigo do Plano Diretor, que garante permanência e perfil racial; certo? E a gente também está garantindo a resolução de tombamento, que é uma resolução que coloca várias restrições. Ela não impede construções, mas cria uma série de restrições. Não vou ler todos os itens, pois o texto é bastante extenso, mas são itens importantes para a gente garantir essas restrições no PL do Parque.

Com isso, o que quero dizer, gente? Nós conseguimos tudo o que a gente queria? Não. Na verdade, a gente queria dar um freio na especulação imobiliária na cidade, no centro expandido, no Bixiga. Não foi isso que a gente conseguiu, mas a gente conseguiu, na minha opinião, uma proteção maior do que a que estava prevista no projeto original. E isso não foi o meu mandato, o mandato da Bancada Feminista, o mandato da Luna, não; foi o movimento que veio aqui, que reivindicou, e que, com o Vereador Rodrigo Goulart, como relator, e também com o presidente Milton Leite, a gente conseguiu consenso

A gente tem que entender onde a gente está parado. E há coisas que a gente vai continuar reivindicando, porque a luta para o Bixiga ser um território de permanência do povo negro não se encerra aqui. Ela vai permanecer, ela vai continuar, e a gente vai estar junto nessa luta. Agora, a gente tem que entender que a gente conseguiu ir até este projeto neste momento, fruto da mobilização dos movimentos, fruto da luta de 40 anos pela criação do parque e também fruto dos movimentos sociais do Bixiga em prol pela permanência do povo negro e pela não gentrificação do território.

Então, vejo esse projeto como uma vitória parcial nossa; e, por isso, amanhã vamos votar favoravelmente. Temos as emendas protocoladas; elas são importantes, pois foram trazidas pelo movimento. São emendas pelas quais a gente vai continuar lutando para serem, um dia, implementadas no território; mas, neste momento, não foi possível. O que foi possível é o que a gente tem no projeto.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereadora Silvia. É muito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 72

REUNIÃO: 20770 DATA: 01/07/2024 FL: 15 DE 15

importante o reconhecimento dos avanços das tratativas que fizemos, desde a revisão do Plano Diretor até - agora também, não diferente - este projeto.

Nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma ótima tarde.